

Relatório das Comissões de Coordenações dos Grupos de Estados (Bloco I)

1. A palavra do Presidente

O ano de 2021 foi desafiante, principalmente seu primeiro semestre, dada a persistência da pandemia de covid 19, no entanto os trabalhos da CCGE do Bloco I permaneceram intensos, tendo sido cumprido integralmente o calendário anual de reuniões. A CCGE do Bloco I vem sendo o principal colegiado em que se reúnem os quatros Estados do Bloco I, através de suas representações do setor público e privado, em um exercício profícuo de fortalecimento do serviço de defesa agropecuária, integração regional e ações de vigilância sanitária. Em 2021 no âmbito da CCGE houve a oportunidade de troca de experiências entre os Estados do Bloco I, condição fundamental para a manutenção da classificação de livre de febre aftosa sem vacinação. Registramos o pleno apoio que nossa CCGE do Bloco I recebeu do Ministério da Agricultura, principalmente a partir de orientações técnicas extremamente qualificadas e apoio em tomadas de decisões sensíveis para o desenvolvimento do Bloco I. Assim, está confiante a CCGE do Bloco I de haver cumprido suas elevadas atribuições.

2. Caracterização e composição do Bloco II

Bloco I composto pelos estados AC, AM, MT e RO.

AC	Representante	Jesse Moreira Campos Monteiro
	Órgão	IDAF/AC
	E-mail	jessemonteiro@gmail.com
	Cargo	Público
	Representante	José Marcos Leite Júnior
	Órgão	FUNDEPEC
	E-mail	joseleitejunior@gmail.com
	Cargo	Privado
AM	Representante	Alexandre Henrique Freitas de Araújo
	Órgão	ADAF
	E-mail	alexandre.araujo@adaf.am.gov.br
	Cargo	Público
	Representante	Muni Lourenço Silva Júnior
	Órgão	FAEA
	E-mail	muni.lourenco@faea.org.br
	Cargo	Privado Presidência 2020/2021

MT	Representante	Heitor David Medeiros
	Órgão	INDEA
	E-mail	heitormedeiros@indea.mt.gov.br
	Cargo	Público
	Representante	Antônio Carlos Carvalho de Sousa
	Órgão	FESA - FAMATO
	E-mail	a_ccsousa@hotmail.com
	Cargo	Privado
RO	Representante	Adelio Barofaldi
	Órgão	FUNDAGRO
	E-mail	adelio@gruporovema.com.br
	Cargo	Privado Presidência 2019/2020
	Representante	Márcio Alex Petró
	Órgão	IDARON
	E-mail	marcioalex_petro@hotmail.com
	Cargo	Público

Foram realizadas quatro reuniões da CCGE Bloco I no ano desde 2021, nos dias 29/03, 28/06, 27/09 e 13/12, e uma reunião em 29/10/2020 sendo esta a única do respectivo ano em razão da pandemia de COVID-19.

Dados pecuários do bloco I:

🚩 Dados pecuários de Rondônia:

Rebanho bovino: 15.110.301 (6º maior rebanho nacional – 6,68%)

Rebanho bubalino: 6.197

Rebanho suíno: 179.930

Rebanho caprino: 6.811

Rebanho ovino: 97.175

Propriedades com suscetíveis: 102.693

🚩 Dados pecuários do Acre:

Quantidade de animais susceptíveis a febre aftosa: 4.103.749

% em relação ao rebanho nacional: aproximadamente 2%

Quantidade de propriedades com animais susceptíveis a febre aftosa: 24.780

🚩 Dados pecuários do Amazonas:

Rebanho Bovídeo: 1.785,575

Rebanho Suíno: 37.651

Rebanho ovino: 20.485

Rebanho Caprino: 6.585

% em relação ao rebanho nacional: 0,78%

✚ Dados pecuários do Mato Grosso:

Rebanho Bovídeo: 31.971.498 animais / 17% do rebanho nacional/ 108.728 propriedades com bovinos e bubalinos.

Rebanho Suíno: 3.506.828 animais / 8% do rebanho nacional / 47.853 propriedades com suínos.

Rebanho Ovino: 460.175 animais / 14.377 propriedades

Caprinos: 38.413 animais / 2.360 propriedades

3. Principais conquistas e desafios do Bloco nos anos de 2020 e 2021.

A grande conquista do Bloco I para o período de 2020/2021 foi o reconhecimento internacional de livre de Febre Aftosa sem vacinação, validado pela 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da OIE (organização mundial de saúde animal). Essa conquista reflete em diversos aspectos positivos, como a valorização do rebanho do bloco, o incremento do valor dos imóveis rurais, a abertura de mercado internacional, o aumento da sensibilidade de vigilância inclusive para outras doenças economicamente importantes dentre outros.

Como principais desafios, elencamos os elevados custos operacionais de se realizar vigilância sanitária na Amazônia, a implementação e intercomunicação dos sistemas de gestão agropecuária dos diversos estados, o necessário engajamento do produtor rural na nova fase do programa, que substitui a vacinação pela vigilância do rebanho nos seus diversos aspectos, a imprescindível continuidade de uma eficiente comunicação dos SVO's para com os produtores rurais e finalmente as pressões ambientais na atividade pecuária na região amazônica.

É necessário trazer luz ao comprometimento dos produtores rurais e dos servidores públicos, que mesmo em período de pandemia, cumpriram com suas obrigações e deram continuidade às atividades necessárias para que obtivéssemos o reconhecimento sanitário de obtido na pela 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da OIE.